



27 DE MARÇO DE 2015

Sexta-feira

- ANFAVEA EXPÕE SITUAÇÃO GRAVE AO MDIC
- PARA MDIC, NÃO HÁ CRISE NO SETOR AUTOMOTIVO
- FEDERAL-MOGUL QUER DOBRAR EXPORTAÇÃO DE AUTOPEÇAS
- CASE IH LANÇA MONITOR DE PRODUTIVIDADE
- NOVA LEI FAVORECE COMPRADOR DE NOVOS E USADOS
- KEKO ABRE 2ª FILIAL DENTRO DE FÁBRICA DA FORD EM SÃO BERNARDO DO CAMPO
- FORD GARANTE ESTABILIDADE ATÉ ABRIL DE 2017
- ECONOMIA BRASILEIRA CRESCER 0,1% EM 2014
- CAMINHONEIROS AMEAÇAM NOVA GREVE EM ABRIL
- INFLAÇÃO ROMPERÁ O TETO DA META, DIZ BC
- SAIBA QUAIS SÃO OS ALIADOS PARA CORTAR CUSTOS NAS EMPRESAS
- NOVA VERSÃO DA NFE ENTRA EM VIGOR NO DIA 1º DE ABRIL
- ECONOMIA BRASILEIRA REGISTRA EXPANSÃO MÍNIMA EM 2014, INVESTIMENTOS TÊM FORTE QUEDA
- IBGE REVISAR CRESCEMENTO DO PIB DO 3º TRI DE 2014 PARA +0,2%
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO CAI 4,4% EM MARÇO, 5º RECUO SEGUIDO, APONTA FGV
- UNIÃO INDICA CEO DA VALE COMO CHAIRMAN DA PETROBRAS, MAS POUCO RENOVAR CONSELHO
- SIDERÚRGICAS CHINESAS DIZEM QUE HÁ MAIS FECHAMENTOS PELA FRENTE E MINÉRIO DE FERRO CAIRÁ MAIS
- GERDAU FAZ MUDANÇA E INICIA NOVA FASE SUCESSÓRIA NO GRUPO
- TERNIUM ALUGA AÇÕES E VIRA JOGO NO CONSELHO DA USIMINAS
- SSAB INAUGURA ESTOQUE EM CONTAGEM, MINAS GERAIS

- RIO TINTO DIZ QUE PLANO DA FORTESCUE DE REDUZIR PRODUÇÃO DE MINÉRIO É "TOLO"
- MONTADORAS PEDEM REGRAS CLARAS DO FINAME
- DESVALORIZAÇÃO DO REAL PROVOCA SALTO EM PREÇOS NO ATACADO, PREVEEM ANALISTAS
- PELO AJUSTE FISCAL, CMN ELEVA TAXAS DE JUROS DO PROGRAMA MODERFROTA
- DEMANDA REPRIMIDA
- NOVOS EQUIPAMENTOS ACELERAM OPERAÇÕES EM PECÉM
- DESONERAÇÃO ESTIMULA COMPRA DE EQUIPAMENTOS

CÂMBIO EM 27/03/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,231	3,231
Euro	3,514	3,515

Fonte: BACEN

Anfavea expõe situação grave ao MDIC

27/03/2015 - Fonte: Automotive Business

Diante do recente tobo das vendas internas, a Anfavea, associação que representa os fabricantes de veículos, buscou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para debater possíveis soluções para a indústria.

Na quinta-feira, 26, Luiz Moan, presidente da entidade, reuniu-se com o ministro da pasta, Armando Monteiro, em São Paulo (SP). O encontro mobilizou a alta cúpula das montadoras, com a participação de cerca de 35 líderes das companhias instaladas no Brasil.

A pauta central do encontro foi o Plano Nacional de Exportações, programa de estímulo às vendas internacionais que prevê ampliação e fortalecimento de acordos comerciais com outros países, além de buscar uma solução para a falta de financiamento às vendas externas.

O projeto ganha importância para a Anfavea, que administra o minguado mercado interno, que encolheu 23,1% no primeiro bimestre deste ano. Entre janeiro e fevereiro foram vendidos internacionalmente apenas 47,5 mil veículos, número 7,2% inferior ao registrado no mesmo intervalo do ano passado.

“O Brasil já exportou 30% de sua produção e hoje exporta apenas um terço disso”, aponta o ministro.

“Precisamos discutir a relação com a Argentina, ampliar a parceria com a Colômbia e buscar acordos com Equador, Peru e países do continente africano”, resume o dirigente da Anfavea.

Ele enfatiza que a aliança com a Argentina é essencial para garantir o bom desempenho das vendas externas brasileiras, já que o país é o principal destino dos carros nacionais. Moan defende que a parceria não se resume apenas a relação comercial e trata-se de uma integração produtiva, já que envolve também importação e exportação de autopeças e componentes.

O acordo atual vence no próximo dia 30 de junho. “Estamos construindo a posição brasileira com a Argentina”, aponta o ministro.

RENOVAÇÃO DE FROTA

Outro assunto que entrou na pauta do encontro entre MDIC e Anfavea foi a renovação de frota. O programa está em negociação desde 2013 sem qualquer definição. Este ano, no entanto, o projeto pode representar a salvação para a conjuntura atual, com vendas de caminhões extremamente fracas e capacidade ociosa nas fábricas do segmento em torno de 50%. Monteiro também apontou que uma política do gênero ampliaria a produtividade do sistema de transportes no Brasil.

O ministro confirmou que o governo seguirá empenhado para implementar o programa, mas não deu um prazo para que isso aconteça. Na visão dele, um projeto de renovação da frota é oportuno mesmo no momento de ajuste das contas públicas.

“Também pedimos previsibilidade de taxas de juros e condições de compras de caminhões no longo prazo. O ministro recebeu bem as propostas e se comprometeu a trabalhar nisso”, assegurou Moan.

INOVAR-AUTO

O Inovar-Auto também foi apontado como um dos temas da reunião. Moan disse ter alertado o ministro sobre a importância de realizar as regulamentações pendentes do programa.

O presidente da Anfavea aponta que hoje, quase dois anos e meio depois de o regime automotivo ter entrado em vigor, ainda há aspectos importantes que precisam ser detalhados. Um deles está relacionado às metas de eficiência energética impostas para os veículos vendidos no Brasil.

Segundo o executivo, até agora não está definido como será feito o procedimento de verificação, previsto para acontecer já em 2016. “Se precisasse fazer isso agora, não saberia como passar os dados para o governo”, revela Moan.

Para MDIC, não há crise no setor automotivo

27/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A retração de 23,1% nas vendas de veículos no primeiro bimestre parece não ter alarmado o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. “Crise é algo que passa longe do setor automotivo”, garantiu ele logo após

reunião com a Anfavea que reuniu cerca de 40 líderes das montadoras instaladas no Brasil. O encontro aconteceu em São Paulo (SP), na quinta-feira, 26.

Na análise de Monteiro, a indústria local enfrenta contração das vendas e do nível de atividade, mas isso não representa um colapso. "Com um mercado interno desta dimensão não podemos pensar em crise. Estamos entre os cinco maiores do mundo em vendas de veículos", lembra, usando dados de 2014 já que, se o ritmo de vendas continuar o mesmo, o Brasil deve perder posições no ranking global este ano.

A análise otimista do ministro indica até mesmo uma improvável retomada das vendas ainda em 2015. Segundo ele, passado o momento mais rígido do ajuste fiscal que o País enfrenta, os números da indústria automotiva começarão a apontar para cima.

A expectativa é de crescimento das exportações, que devem se tornar mais robustas nos próximos anos com o Plano Nacional de Exportação, projeto para fortalecer acordos comerciais com outros países e oferecer opções mais competitivas de financiamento às vendas internacionais.

Luiz Moan, presidente da Anfavea, não fala de retomada das vendas com a mesma segurança do ministro. Ainda assim, o executivo ameniza o cenário de tombo na demanda e, conseqüentemente, na produção de veículos.

Segundo ele, a queda já era prevista. "Sabíamos que o primeiro trimestre seria extremamente difícil e está sendo, mas dentro do que já era programado. O segundo trimestre continuará difícil, mas com certeza a partir daí seguiremos no rumo da recuperação", analisa.

O projeto para as exportações foi um dos temas debatidos no encontro com a Anfavea. A reunião também abordou outros assuntos importantes para estimular as vendas do setor automotivo, como a implementação de um programa nacional de renovação de frota e o Inovar-Auto, que ainda tem regulamentações importantes pendentes, como portarias que detalham como será feita a auditoria das metas de eficiência energética que os carros têm de alcançar.

Federal-Mogul quer dobrar exportação de autopeças

27/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A Federal-Mogul usará o mercado de reposição e as exportações como forma de manter as vendas aquecidas. A empresa ampliou a linha de produtos (pastilhas, sapatas e fluidos de freio) para o pós-venda local e também para aproveitar a desvalorização cambial, que torna os componentes nacionais mais competitivos.

A companhia quer dobrar as exportações e acredita que crescerá 18% na reposição neste primeiro trimestre sobre igual período de 2014.

Entre as ações que adotou, a Federal-Mogul lançou a linha econômica de pastilhas Stop e ampliou a gama de produtos Jurid e Ferodo, além de lonas, sapatas, lubrificantes e fluidos.

"Simultaneamente aos lançamentos, a divisão Motorparts da Federal-Mogul fez mudanças nas linhas de produção para ampliar a eficiência e qualidade com redução de custos", afirma o diretor-geral, José Roberto Alves.

Case IH lança monitor de produtividade

27/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A Case IH, da CNH Industrial, lança o monitor de produtividade, aparelho destinado a produtores do setor canavieiro que fornecerá aos operadores de colheitadeiras dados em tempo real sobre a colheita. O dispositivo é para uso específico das colhedoras da série A8000.

Projetado especificamente para a cultura de cana-de-açúcar, o monitor irá fornecer informações específicas em mapas de produtividade e será eficiente para análise, manutenção e prevenção da cultura canavieira.

Segundo Fábio Balaban, responsável pelo marketing da Case IH, o produto segue a linha tecnológica da empresa e tem foco na eficiência energética. "Essa é uma tecnologia que gera informações precisas sobre a produção de cada talhão do canavial", conta. De acordo com Balaban, o sistema informa toneladas de cana por hectare, hora ou até por variedade colhida. "Tudo no decorrer da colheita", afirma o executivo.

O sistema utiliza células de carga como instrumento de medição do peso da matéria-prima colhida e mensura também o fluxo de cana que passa pela esteira antes de ser lançada ao veículo que vai fazer o transporte até a usina.

O software utiliza a combinação desses dados, juntamente com informações sobre a posição geográfica obtida por equipamentos AFS de agricultura de precisão para a criação do mapa de produtividade. Segundo a Case IH, é possível, identificar a variação produtiva da cultura em determinado trecho da fazenda, por exemplo.

No caso da variação produtiva causada por pragas, tanto na planta como no solo, o mapeamento de produtividade possibilita identificar a área exata que precisa de tratamento, economizando com aplicação e também evitando superdosagem em áreas saudáveis.

LIVRO SOBRE MECANIZAÇÃO

A Case IH participou do lançamento do livro Processos Agrícolas e Mecanização da Cana-de-Açúcar, publicação que reúne o registro das melhores práticas e resultados entre todas as atividades canavieiras.

Segundo Guilherme Belardo, gerente de desenvolvimento de produto da Case IH, um dos editores do livro, a ideia surgiu pela necessidade de relatar e disseminar o conhecimento. "As tecnologias foram poucas vezes colocadas no papel na forma de uma publicação, sendo difícil encontrar um livro que aborde todos os processos agrícolas", comenta.

Nova lei favorece comprador de novos e usados

27/03/2015 - Fonte: Automotive Business

O Diário Oficial de quinta-feira, 26, publicou a lei 13.111/15, que obriga vendedores de veículos novos ou usados a informar ao comprador os valores dos tributos incidentes em seu preço. Esses valores deverão aparecer nos contratos.

A norma, que passa a valer em 60 dias, também determina que na assinatura do termo de compra e venda os consumidores sejam informados sobre a situação de regularidade quanto a furto, multas e taxas anuais devidas, débitos de impostos, alienação fiduciária ou circulação do veículo.

Os empresários que descumprirem a lei serão responsabilizados pelo pagamento dos tributos, das taxas e multas incidentes até a data da compra. No caso de o veículo ser produto de furto, o comprador terá direito à restituição do valor integral. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo de outras já previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Keko abre 2ª filial dentro de fábrica da Ford em São Bernardo do Campo

27/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A Keko abre mais uma filial dentro da fábrica de uma montadora, na unidade da Ford em São Bernardo do Campo (SP). Com 800 metros quadrados, a unidade permitirá à empresa operar como uma sistemista dentro do complexo industrial, montando e fornecendo localmente seus produtos de personalização automotiva.

Esta é a segunda unidade da Keko no conceito Mod Center: a primeira está na planta da Ford, em Camaçari (BA).

Na cerimônia de inauguração, realizada na quinta-feira, 26, participaram o presidente da Keko, Leandro Scheer Montavani, o diretor de mercado e inovação, Juliano Scheer Mantovani, e a diretoria da Ford.

“A Keko passa a participar do projeto, produção, distribuição e também da montagem, fechando o ciclo da cadeia automotiva”, destaca Juliano Scheer Mantovani, presidente da Keko. Segundo o executivo, o fornecimento conquistado para a Ford abre espaço e oportunidade para novas parcerias e projetos.

Ford garante estabilidade até abril de 2017

27/03/2015 - Fonte: Automotive Business

Os trabalhadores da Ford aprovaram em assembleia na quinta-feira, 26, a proposta de acordo coletivo negociada entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a empresa. Os principais pontos são a garantia de estabilidade no emprego até abril de 2017, índices de reajuste salarial negociados até 2016 e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) até 2017.

Segundo o presidente do sindicato, Rafael Marques, a proposta ajuda os trabalhadores a atravessar este ano e o próximo com garantias. “A aprovação tira de cena qualquer ameaça de insegurança em relação ao emprego”, diz Marques. O acordo prevê reposição integral da inflação em 2016, incorporada ao salário, mais abono de R\$ 1,7 mil.

O valor foi calculado tendo como parâmetro um aumento real de 2%. Para este ano o reajuste será convertido em abono, no valor de R\$ 8.018. Para o cálculo da PLR, o acordo prevê em 2016 o mesmo valor pago em 2015 e para 2017, a mesma quantia corrigida pelo INPC.

A negociação, contudo, prevê também o estabelecimento de um Programa de Demissão Voluntária (PDV), aberto a trabalhadores horistas de toda a fábrica no valor de 83% do salário por ano trabalhado. Para aqueles com restrição médica, o valor pago será de 140% do salário por ano trabalhado. Os trabalhadores aposentados (cerca de 80) serão desligados e receberão o mesmo valor oferecido no PDV.

O acordo ainda prevê a constituição de mesa permanente de negociação para produção de outros veículos na Ford de São Bernardo do Campo e a desterceirização de algumas áreas ao longo deste ano.

“Nestes próximos dois anos vamos debater com a fábrica a vinda de novos investimentos e produtos. Queremos trazer de volta a produção de picapes e novas versões do New Fiesta”, reforçou Marques.

Economia brasileira cresceu 0,1% em 2014

27/03/2015 - Fonte: Agência Brasil

A economia brasileira cresceu 0,1% em 2014, na comparação com o ano anterior. O Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, fechou o ano em R\$ 5,52 trilhões, segundo dados divulgados hoje (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No quarto trimestre, o PIB teve um crescimento de 0,3% na comparação com o terceiro trimestre de 2014. Já na comparação com o último trimestre de 2013, o PIB teve uma queda de 0,2%.

O crescimento de 0,1% em 2014 foi puxado pelos setores de serviços, que teve alta de 0,7% no ano, e de agropecuária, que avançou 0,4%. Com uma queda de 1,2%, a indústria impediu um crescimento maior do PIB no ano.

Sob a ótica da demanda, houve um avanço de 0,9% no consumo das famílias e um crescimento de 1,3% no consumo do governo. A formação bruta de capital fixo, que representa os investimentos, caiu 4,4% no ano. As exportações caíram 1,1%, enquanto as importações tiveram uma queda de 1% no período.

As contas nacionais brasileiras de 2014 foram calculadas com base em uma nova metodologia internacional, que está sendo adotada por todos os países. Com a nova metodologia, o IBGE também revisou os crescimentos do PIB em 2012 e 2013. Em 2012, a taxa de crescimento passou de 1% para 1,8%. Em 2013, a taxa passou de 2,5% para 2,7%.

Caminhoneiros ameaçam nova greve em abril

27/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os caminhoneiros autônomos anunciaram que vão entrar em greve em 23 de abril se, até lá, o governo não criar uma tabela com valores mínimos para pagamento de frete.

A posição dos líderes da categoria foi anunciada após um encontro na tarde desta quinta-feira (26), em Brasília, na sede da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), em que representantes dos motoristas, de empresas e do governo debatiam sobre as propostas apresentadas pelos caminhoneiros e aceitas pelo governo para parar com a greve do setor no mês passado.

A reunião foi tensa. Prevista para durar duas horas, teve o dobro do tempo. O senador Blairo Maggi (PR-MT) foi vaiado em duas ocasiões após pedir a palavra para falar contra o tabelamento proposto pela categoria. Blairro foi dono da Amaggi, empresa do setor do agronegócio, que contrata os caminhoneiros para fazer o frete.

Tabela

Os caminhoneiros queriam que a reunião já definisse a tabela mínima, que foi elaborada por um grupo de trabalho criado após a greve e que reunia representantes do governo, dos caminhoneiros e dos empresários.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto, defendia que a tabela fosse apenas uma referência. Os caminhoneiros se recusaram a referendar a tabela de referência e ameaçaram então começar uma greve ainda nesta semana.

A alegação do governo para não criar a tabela mínima é que seria necessário garantir fundamento jurídico para evitar que os embarcadores derrubem a decisão na Justiça. Para fazer isso, os caminhoneiros deram um prazo ao governo até o dia 22 de abril para o governo se posicionar.

Os representantes também conseguiram do governo a garantia da renegociação das dívidas pela compra dos caminhões. Rosseto se comprometeu a colocar numa Medida Provisória um texto permitindo que autônomos e microempresa passem o valor que estão devendo de prestações de contratos de financiamento feitos com recursos do BNDES para o fim dos contratos, evitando que os bancos tomem os caminhões.

Bolha

O ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, afirmou que o governo ainda não decidiu se vai fazer uma tabela referencial ou mínima. Segundo ele, é necessário avaliar a constitucionalidade dessa atitude. "Tem pareceres dizendo que pode [a tabela mínima] e que não pode. Vamos analisar", afirmou Rodrigues.

Carlos Alberto Littdammer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Ijuí (RS), disse que a tabela mínima foi calculada para dar dignidade para os caminhoneiros. Segundo ele, a solução não foi dada nesta quinta-feira apenas para o governo produzir os argumentos jurídicos para que a tabela possa ter validade.

"Se a tabela não for impositiva, no dia 23, tem data para o Brasil parar", afirmou Littdammer. "Inconstitucional é a fome".

Representantes de empresas que acompanharam o debate disseram à reportagem que o governo terá pouca margem para não dar a tabela nesse momento. Para esses observadores, os diferentes grupos de caminhoneiros agora estão organizados e todos apoiam esse pleito.

Janir Bottega, que representava os caminhoneiros autônomos de Santa Catarina e participou do grupo que elaborou a tabela de frete, disse que os valores apresentados pelo grupo são os mínimos para garantir dignidade para a categoria, já que os fretes pagos hoje estão entre 20% e 30% abaixo do que pode ser considerado o mínimo.

Ele lembrou que o problema piorou após a política do governo de incentivar a compra de caminhões novos, o que criou uma superoferta.

"Hoje há uma bolha e essa bolha achatou o preço do frete. Por isso estamos procurando essa regulagem", afirmou Bottega.

Inflação romperá o teto da meta, diz BC

27/03/2015 - Fonte: Agência Brasil

O Banco Central (BC) escancarou nesta quinta-feira (26) pela primeira vez com números o que os agentes econômicos já sabiam há algum tempo: a inflação de 2015 vai estourar o teto da meta. A projeção é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) feche este ano em 7,9%, bem acima do limite máximo determinado, de 6,5%, segundo Relatório Trimestral de Inflação. O pior é que a chance de isso ser concretizado, pelos

próprios cálculos do BC, é de 90%. A inflação deste ano, portanto, deve ser a maior em 12 anos.

Dado o cenário perdido para o combate à alta dos preços em 2015, não resta outra saída à autoridade monetária se não mirar para o ano seguinte. A promessa de entregar o IPCA na meta de 4,5% foi repetida, a despeito de ainda haver uma incredibilidade no mercado financeiro a respeito de seu cumprimento. "É um dever que temos com a sociedade brasileira", garantiu o diretor de Política Econômica do Banco Central, Luiz Awazu Pereira da Silva. Pelos cálculos do BC, a taxa de 2016 ficará em 4,9%

O Banco Central previu também que economia brasileira deve recuar 0,5% este ano e 0,1% em 2014. O número oficial do PIB será divulgado nesta sexta (17) pelo IBGE.

Saiba quais são os aliados para cortar custos nas empresas

27/03/2015 - Fonte:Portal Contábil



As dicas de economia que valem para a nossa casa e o nosso dia a dia também são aplicáveis nas empresas, que podem desenvolver ações para combater o desperdício de água, luz e de material de escritório, por exemplo.

Se o mercado está retraído e o consumo em baixa, uma boa gestão de custos pode fazer a diferença nas finanças. Neste sentido, planejamento é essencial, avalia Emerson Edel, diretor de Operações da construtora Perville. Segundo o especialista, quanto menor for o tempo para execução de um projeto, melhor.

— Um bom planejamento pode reduzir em 50% o prazo de execução, o que acaba contribuindo para a competitividade da empresa.

Para Edel, é necessário ter atenção também aos cronogramas. É preciso ter três: um de suprimentos, outro de decisão e outro de execução. Antigamente, era um cronograma só para tudo e os detalhes apareciam durante a execução e impactavam os custos, lembra o executivo.

— Este cuidado vale para qualquer situação em qualquer empresa — ensina.

Gastos fixos e comuns a qualquer tipo de negócio também podem ser reduzidos com medidas simples, explica o especialista em redução de custos, Fernando Macedo. Sistemas de reuso e captação de água, além de gerarem economia, contribuem para poupar um recurso que começa a ficar escasso em várias regiões. No caso da luz, sensores de presença garantem que lâmpadas fiquem acesas apenas quando alguém estiver dentro do ambiente.

Reduzir custos é um desafio diário das empresas, que buscam mudanças que gerem melhoria contínua para aumentar a produtividade, o desempenho ou o ambiente de trabalho. Com uma medida simples, a Víqua conseguiu otimizar um processo bem específico. A indústria de plásticos de Joinville produz um kit para diluir fertilizante no processo de irrigação. Cada um deles têm uma mangueira de dois metros. Normalmente, a empresa produzia mangueiras de 50 metros, que ficavam armazenadas no estoque.

Na hora de montar as peças, eram necessários dois operadores para medir e cortar manualmente os 50 metros em partes de dois metros para embalar no kit. O corte era desgastante, pois ocorria com a mangueira já fria e poderia gerar refugos.

Para ganhar em produtividade, a empresa redesenhou o processo e passou a contemplar na fabricação um carretel com furo limitador de dois metros para auxiliar o corte da mangueira no comprimento exato já no momento da extrusão, com a mangueira ainda quente.

Na prática, eliminou-se uma etapa (a que envolvia o armazenamento de mangueiras de 50 metros e o trabalho de medi-las e cortá-las depois). A adaptação do processo durou um mês e necessitou de um investimento de apenas R\$ 400.

Com a redução dos custos, os dois operadores puderam se dedicar a outras funções e houve uma economia de 1 m² de área de estoque.

GERENCIE OS GASTOS

1 Fornecedores
Fornecedores preferidos podem não ter mais os melhores preços, mas não adianta partir para a velha mania de fazer três novas cotações. Às vezes, o problema pode estar com quem faz o contato. Faça um rodizio entre as pessoas que costumam cotar preços e desconfie caso haja resistência na mudança, pois talvez exista algo a mais por trás das negociações.

2 Centralize as compras
É sempre possível reduzir custos com compras cooperadas de todos os departamentos da empresa. As compras picadas saem mais caro.

3 Reutilização da água
Reduzir custos com

água também é possível sem altos investimentos. Além de contribuir para não faltar, os custos podem ter redução com sistemas de reuso e captação de água.

4 Energia
Inicialmente é preciso fazer um investimento para a instalação de sensores de presença e células fotoelétricas que liberarão energia somente se alguém estiver naquele ambiente. Mas a longo prazo, a economia com a conta de luz é altamente significativa.

5 Layout
A remodelação do layout da empresa pode ser uma opção quando ela precisa acomodar novos projetos e não querem aumentar a área. O objetivo é reorganizar a

produção e tornar a empresa mais eficiente. Em geral, quando a empresa está há muitos anos com o mesmo layout, uma reorganização deste tipo pode fazer a diferença e ser uma grande sacada.

6 Instalações
Seja em uma fábrica ou em uma área comercial, dois fatores são determinantes na hora de realizar instalações físicas ou de equipamentos: os custos dos materiais e da mão de obra. Contrate o pacote completo do serviço e não cada um de um fornecedor diferente. Assim, o empresário fará uma negociação melhor e terá mais segurança no negócio.

Fonte: Fernando Macedo, especialista em redução de custos para empresas, e Emerson Edel, diretor de operações da Perville

Nova versão da NFe entra em vigor no dia 1º de abril

27/03/2015 - Fonte:Portal Contábil

Os contribuintes têm até o dia 1º de abril para aderir à nova versão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Após essa data somente será recepcionada a versão 3.10.

A Secretaria de Estado da Fazenda está chamando atenção dos contribuintes porque, no momento, mais da metade das NF-e ainda estão sendo emitidas na antiga versão (2.00).

A versão 3.10 do XML traz diversas mudanças no projeto da NF-e. Estas mudanças ocorrem principalmente nas regras de validação e no leiaute da NF-e, por exemplo:

- a) Identificação do tipo de operação (interna na UF, interestadual ou operação com o exterior) a partir de um campo novo;
- b) Identificação de venda para Consumidor Final através da NF-e;
- c) Identificação de venda presencial, pela Internet ou por outros meios de atendimento;
- d) Inclusão de campo opcional para detalhamento do NCM (campo NVE - Nomenclatura de Valor Aduaneiro e Estatística);
- e) Ampliação na informação sobre a tributação do ICMS para alguns grupos de tributação (CST 20, 30, 40, 51,...).

Atualize seu sistema para a nova versão da NF-e ou obtenha a nova versão do [Emissor Gratuito disponível](#).

Em caso de dúvidas, entre em contato com a Central de Atendimento Fazendário (CAF) - 0300 - 645 - 1515

Economia brasileira registra expansão mínima em 2014, investimentos têm forte queda

27/03/2015 - Fonte: Reuters

A economia brasileira cresceu 0,3 por cento no quarto trimestre de 2014, na comparação com os três meses anteriores, registrando expansão mínima no ano, com forte queda nos investimentos, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira.

Em relação ao quarto trimestre de 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) do país registrou retração de 0,2 por cento. Mas em 2014 como um todo a economia conseguiu um crescimento mínimo de 0,1 por cento, ainda assim pior desempenho desde 2009.

O resultado do último trimestre do ano passado sobre o imediatamente anterior --que foi melhor do que a expectativa do mercado-- foi beneficiado pela expansão de 1,8 por cento do setor agropecuário e crescimento de 0,3 por cento do setor de serviços, enquanto a indústria teve queda de 0,1 por cento.

Do lado da demanda interna, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) --medida de investimentos-- no período caiu 0,4 por cento. Também a despesa do governo recuou, 0,6 por cento, enquanto o consumo das famílias cresceu 1,1 por cento.

RESULTADO DO ANO

Em 2014, a economia brasileira escapou por pouco de registrar retração. O PIB da agropecuária teve expansão de 0,4 por cento e o de serviços subiu 0,7 por cento. Por outro lado, a indústria mostrou retração de 1,2 por cento no ano passado.

Do lado das despesas, a formação Bruta de Capital Fixo teve forte queda de 4,4 por cento em 2014.

Esta retração, segundo o IBGE, é explicada, principalmente, pela queda da produção interna e da importação de bens de capital. Em 2013, a formação bruta de capital fixo havia crescido 6,1%.

A taxa de investimento (FBCF/PIB) em 2014 ficou em 19,7 por cento.

Para 2015, os economistas de instituições financeiras, segundo a última pesquisa Focus do Banco Central, preveem retração de 0,83 por cento do PIB.

IBGE revisa crescimento do PIB do 3º tri de 2014 para +0,2%

27/03/2015 - Fonte: Reuters

A economia brasileira cresceu 0,2 por cento no terceiro trimestre do ano passado ante o segundo trimestre, segundo dados revisados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados nesta sexta-feira.

Antes, os dados mostravam que o Produto Interno Bruto (PIB) tinha crescido 0,1 por cento entre os dois períodos.

O IBGE também revisou a variação do PIB do terceiro trimestre ante igual período de 2013 para retração de 0,6 por cento, ante queda de 0,2 por cento reportada anteriormente. O instituto reviu ainda o PIB do segundo ante o primeiro trimestre do ano passado para contração de 1,4 por cento, ante queda de 0,6 por cento anteriormente divulgada.

Já o PIB do primeiro trimestre do ano passado em relação ao quarto trimestre de 2013 foi alterado para avanço de 0,6 por cento, revertendo o quadro anteriormente reportado, de queda de 0,2 por cento.

O IBGE divulgou ainda as revisões para o desempenho da economia brasileira em 2013, para crescimento de 2,7 por cento, acima da expansão de 2,5 por cento divulgada inicialmente.

Para 2012, a revisão aponta um avanço de 1,8 por cento, ante alta de 1 por cento divulgada anteriormente.

Confiança do comércio cai 4,4% em março, 5º recuo seguido, aponta FGV

27/03/2015 - Fonte: Reuters

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) caiu 4,4 por cento em março, quinto recuo consecutivo, e alcançou o menor nível da série iniciada em março de 2010.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) informou nesta sexta-feira que o índice atingiu 92,0 pontos, ante 96,2 pontos em fevereiro, e embora tenha reduzido o ritmo da queda vista no mês anterior (10,8 por cento) voltou a renovar a mínima histórica.

"O setor se queixa do nível fraco da demanda e se preocupa com o estado geral da economia, o ambiente político e a queda forte da confiança do consumidor neste início de ano", destacou o superintendente adjunto para ciclos econômicos da FGV/IBRE, Aloisio Campelo Jr.

O resultado de março deveu-se principalmente à percepção dos empresários em relação ao momento atual. O Índice de Situação Atual (ISA-COM) recuou 8,8 por cento frente a fevereiro, para 69,1 pontos, menor nível da série.

Já o Índice de Expectativas (IE-COM) teve queda de 1,5 por cento, para 114,9 pontos, também mínima histórica.

O cenário enfrentado no Brasil é de inflação alta, juros elevados e atividade econômica frágil, o que vem afetando o comércio. As vendas no varejo subiram 0,8 por cento em janeiro sobre dezembro, em um resultado insuficiente para compensar a forte queda vista no fim do ano passado.

União indica CEO da Vale como chairman da Petrobras, mas pouco renova Conselho

27/03/2015 - Fonte: Reuters



A União indicou o presidente-executivo da mineradora Vale, Murilo Ferreira, para presidir o Conselho de Administração da Petrobras, mas além dele haverá pouca renovação entre os membros no colegiado da petrolífera indicados pelo governo, contrariando expectativas no mercado.

Ferreira, no comando da maior produtora mundial de minério de ferro desde maio de 2011, será formalmente eleito chairman da Petrobras em assembleia geral de acionistas convocada para 29 de abril.

O executivo, que começou a carreira profissional na mineradora em 1977 como analista financeiro e econômico, substituirá Luciano Coutinho, também presidente do BNDES e eleito na quinta-feira como chairman da petrolífera no lugar do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega.

Ferreira assumirá o posto em meio ao escândalo bilionário de corrupção envolvendo a Petrobras, ex-funcionários da estatal, empreiteiras e políticos, revelado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

A eleição de Ferreira na assembleia de acionistas não deverá ter surpresas, tendo em vista que a União é acionista controladora da Petrobras.

Procurada, a Vale informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que nada muda na gestão da mineradora com a indicação de Ferreira para ser chairman da Petrobras.

Ferreira terá agora sob sua responsabilidade as duas maiores companhias do Brasil, embora com cargo e função distintos na Vale e na Petrobras.

RENOVAÇÃO MÍNIMA

Além de Ferreira, os outros nomes indicados pela União para representá-la no Conselho da Petrobras são Aldemir Bendine, Francisco de Albuquerque, Ivan Monteiro, Luiz Navarro, Franklin Quintella e Coutinho, este último que voltará a ser membro do colegiado.

Coutinho, Albuquerque, Navarro e Quintella já ocupam assentos no Conselho por indicação do acionista controlador, enquanto Bendine tem presença garantida no colegiado por ser presidente-executivo da estatal.

O único novo nome na lista, portanto, além do presidente da Vale, é o de Monteiro, diretor financeiro da Petrobras, que na prática substitui a ex-ministra do Planejamento Miriam Belchior.

No fim do ano passado, a presidente Dilma Rousseff prometeu mudanças no Conselho da estatal e havia expectativa no mercado de uma renovação mais ampla no órgão, em meio aos esforços da companhia para elevar sua governança.

No começo de fevereiro, um ministro disse à Reuters, sob condição de anonimato, que Dilma desenhava um Conselho para a Petrobras mais voltado ao mercado para equilibrar o comando da estatal.

No comunicado desta sexta-feira, a Petrobras disse ainda que a assembleia de acionistas do fim de abril não tratará a aprovação dos resultados financeiros do terceiro e do quarto trimestres de 2014, uma vez que a direção da companhia ainda não finalizou os números.

Siderúrgicas chinesas dizem que há mais fechamentos pela frente e minério de ferro cairá mais

27/03/2015 - Fonte: Reuters

Siderúrgicas chinesas alertaram nesta quinta-feira que mais empresas do país podem ir à falência neste ano, e que os preços globais de minério de ferro podem cair até US\$45 dólar por tonelada conforme a indústria se ajusta aos enormes excessos de oferta e à demanda industrial se enfraquecendo.

Grandes produtoras de minério de ferro como a Vale, a Rio Tinto e a BHP se dedicaram a elevar as ofertas de minério transportado por mar num total de 430 milhões de toneladas durante o período de 2013 a 2020, apostando em crescimentos sustentados da demanda na China.

Na segunda-feira, porém, o índice referencial de minério de ferro para entrega imediata ao porto de Tianjin na China caiu a 54,80, atingindo inclusive o menor nível desde o lançamento do índice no final de 2008, com as compras fracas da China causando uma queda de quase 60 por cento nos preços desde o começo do ano passado.

Chefes de usinas siderúrgicas falaram, numa conferência em Shijiazhuang, capital da província chinesa que mais produz aço, Hebei, projetaram que os preços cairão ainda mais nos próximos seis meses, sem sinais de melhora no mercado.

"Acredito que 45 dólares seja apenas um pouco maior que os custos de produção das quatro grandes mineradoras? É difícil prever, mas os preços não vão subir para acima de 60 dólares e a mínima será de 45 dólares", disse o vice-gerente-geral Shu Hong da Shougang Concord International, subsidiária da Shougang Group [BEJINT.UL], uma das maiores siderúrgicas estatais do país.

Enquanto custos mais baixos de matérias-primas viram os lucros do setor melhorarem na segunda metade do ano passado, pouco fizeram para compensar um mercado fraco ou um salto nos custos de adequação ambiental, e Shu e outros disseram que mais fechamentos de usinas devem ocorrer neste ano.

Gerdau faz mudança e inicia nova fase sucessória no grupo

27/03/2015 - Fonte: Reuters

Oito anos após deixar o dia a dia do grupo Gerdau, transferido para o filho André e o sobrinho Cláudio, o empresário Jorge Gerdau está deixando a presidência do conselho de administração da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau.

O barão do aço brasileiro vai agora atuar apenas no conselho consultivo das duas empresas. A nova reorganização da gestão do grupo, anunciada ontem, define que André Bier Gerdau Johannpeter e o primo Cláudio Gerdau Johannpeter tornam-se co-presidentes da Gerdau, repetindo uma prática já usada em outras empresas, como AmBev.

Com a proposta de sucessão na estrutura de governança das duas companhias, a ser avaliada em assembleias gerais de Gerdau e Metalúrgica em 28 e 29 de abril, o empresário e seus três irmãos – Germano, Klaus e Frederico, que são vice-presidentes do conselho de administração, deixarão de integrar os colegiados das duas empresas, passando a fazer parte do conselho consultivo.

André, filho de Jorge, e Claudio, cujo pai é Klaus Gerdau, ocupam desde o início de 2007, respectivamente, os cargos de presidente e vice-presidente da Gerdau. Passarão, a partir de maio, a acumular também a co-presidência dos conselhos das duas companhias. Na verdade vão repetir o que os pais fizeram por um bom tempo quando eram executivos e conselheiros do grupo.

O conselho consultivo será presidido por Jorge Gerdau e, conforme as empresas, ele "visa dar continuidade ao compartilhamento da experiência de estratégia e gestão acumulada ao longo das últimas décadas".

A Gerdau declarou que a proposta é parte do processo de sucessão da família. Lembra que fez quatro sucessões de gerações ao longo de 114 anos de história. As mudanças anunciadas ontem marcam a ampliação da presença da nova geração no comando do grupo.

Além de André e Cláudio, os primos Guilherme Gerdau Johannpeter e Richard Gerdau Johannpeter, ambos filhos de Frederico, passam a integrar o conselho da Metalúrgica. No caso da Gerdau S.A., apenas Richard terá um assento no conselho. Ele, atualmente, é diretor-executivo do Family Office, um órgão que faz a gestão da fortuna (interesses da família) no grupo.

Por sua vez, Guilherme ocupa a vice-presidência executiva da Gerdau, atuando nas operações de aços especiais, negócio em que o grupo tem presença no Brasil, Estados Unidos, Espanha e Índia. Ontem, em evento em São Paulo, Guilherme afirmou que o principal desafio de internacionalização da empresa é consolidar sua liderança em alguns mercados.

Ele participou de palestra durante cerimônia de posse do conselho da Câmara Americana de Comércio (Amcham). "O crescimento aconteceu de 2000 a 2007, via aquisições e muito rápido, na onda da consolidação do setor. O principal desafio [agora] é consolidar a liderança em alguns mercados", afirmou.

Para o executivo, o setor de aço vive um "drama de capacidade instalada" na China, com impacto nos diferentes mercados em que a empresa atua, mas a Gerdau vai continuar concentrando esforços para ser competitiva no mercado global. "Não podemos ter dúvidas de que a tendência [no Brasil] é de abertura", disse. "É uma questão inevitável", acrescentou.

Maiores siderúrgicas da China tiveram perdas de U\$507 mi em janeiro e fevereiro

27/03/2015 - Fonte: INDA

Médias e grandes siderúrgicas da China tiveram prejuízo de 3,15 bilhões de iuanes (507,1 milhões de dólares) no primeiro bimestre, disse nesta quinta-feira o vice-chairman da Associação de Ferro e Aço da China (Cisa), Wang Liqun, com o excesso de oferta e aumento mais lento da demanda pressionando preços.

O consumo aparente de aço bruto na China, o maior produtor e consumidor do material de construção, caiu 7,5 por cento em janeiro e fevereiro, disse Wang numa conferência do setor.

As siderúrgicas chinesas têm enfrentado dificuldades com excesso crônico de capacidade, crescimento mais lento da demanda e custos ambientais cada vez maiores. Uma queda de 28 por cento nos preços do aço no ano passado forçou muitas usinas não competitivas a fecharem.

O consumo de aço na China caiu 4 por cento, a 740 milhões de toneladas em 2014 e a produção de aço bruto subiu 0,9 por cento, a 820 milhões de toneladas, menor taxa em mais de três décadas.

As siderúrgicas chinesas têm recorrido às exportações, que subiram a um recorde de 93,78 milhões de toneladas no ano passado, mas Wang alertou que crescentes atritos comerciais colocarão pressão sobre as exportações de aço chinesas.

Ternium aluga ações e vira jogo no conselho da Usiminas

27/03/2015 - Fonte:

A eleição do novo conselho de administração da Usiminas, em assembleia extraordinária marcada para 6 de abril, em meio a um acirrado desentendimento entre os dois acionistas controladores da siderúrgica – Nippon Steel & Sumitomo e Ternium – Techint – transformou-se em uma batalha. A intensa movimentação de acionistas do bloco de controle e minoritário visa definir quem vai assumir a gestão da Usiminas.

O novo presidente do conselho, que vai substituir Paulo Penido, indicado da Nippon Steel em 2012, vai sair da eleição de acionistas minoritários, uma vez que Ternium e os japoneses não têm um nome de consenso.

Em uma tacada da estratégica, o grupo italiano decidiu alugar 25 milhões de ações ordinárias da empresa em seu poder. O volume corresponde a 4,95% do capital ordinário da siderúrgica mineira. São papéis que foram adquiridos da Previ pela Ternium no início de outubro e que estão fora do bloco de controle, mas vinculadas ao acordo de acionistas, segundo explicaram fontes ouvidas pelo Valor.

No total, a aquisição envolveu 10% da participação que o fundo de pensão tinha na Usiminas por pouco mais de R\$ 600 milhões. Os 4,95% de ações de Usiminas foram transferidos da custódia do Bradesco para a BM&FBovespa, conforme documento oficial de movimentação, tornando-se disponíveis para aluguel ou venda.

Com isso, a Ternium, aparentemente, tenta criar um novo grupo de minoritários para ocupar o comando do conselho. Até agora, a disputa era travada entre o fundo L. Par, do empresário Lirio Parisotto, e o BTG Pactual.

O primeiro já contava com mais de 4% de ações ON enquanto o segundo tinha pouco mais de 3%. O movimento da Ternium deverá acirrar ainda mais a briga com seus sócios japoneses, a qual já dura mais de um ano e foi parar na Justiça.

Entraram em desavença por divergências quanto à gestão de executivos que foram indicados pela Ternium (o presidente e dois vice-presidentes), o quais foram destituídos há seis meses. O objetivo da Ternium é evitar que um nome que não é de sua confiança assuma a presidência do colegiado e dificulte os planos de gestão que tem para a Usiminas.

No momento, Marcelo Gasparino, atual conselheiro dos minoritários e ligado ao fundo de Parisotto é o nome indicado para presidir o conselho. Quem se apoderar do pacote de papéis (4,95%) ou de boa parte dele colocado para aluguel poderá vir a votar na AGE do

dia 6 e indicar um nome para ocupar a décima vaga do conselho, bem como a presidência. E poderá contar com apoio de outros minoritários, como o BTG Pactual.

Conforme informações do mercado, o BTG → cujo fundo pediu adiamento da AGE nesta semana → trabalha alinhado com os interesses da Ternium na Usiminas. Nesse embate, até antes da decisão da Ternium, Parisotto estava com a vitória praticamente garantida, com um placar de 4 a 3.

Soma a seu favor pouco mais de 4% de ações ON. O bloco de ações que a Ternium colocou para alugar, a pouco menos de 15 dias da AGE, traz uma reviravolta. "O jogo virou e o placar agora é 8 a 4 favorável ao grupo rival do L. Par", disse uma fonte a par da disputa.

Nem o aluguel das ações da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) ajuda Parisotto neste momento. A liberação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), ao negar a participação direta da CSN na eleição ao conselho, está limitada a 20% do "free float", o correspondente a cerca de 2%.

Uma fonte da área jurídica disse que a operação da Ternium é legal, já que as ações estão fora do bloco de controle. No entanto, será alvo de controvérsia, pois o caso poderá se configurar como interferência de um acionista controlador em eleição de minoritários, devido à falta de consenso no grupo de controle. Esses papéis seriam estéreis.

O alinhamento de interesses, com BTG ou outro minoritário, poderia ser comprovado, opinam especialistas. Sendo assim, o resultado da assembleia ficaria em xeque e poderia ser contestado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para analistas, o fato de o BTG ter ido à CVM para bloquear a AGE mostra que haveria percepção de que o grupo de Parisotto tinha grandes chances de ficar com o conselho.

A CVM deve se manifestar até a véspera da assembleia. Toda essa batalha em torno do controle da Usiminas fez disparar as cotações dos papéis da siderúrgica.

As ações ordinárias, com direito a voto, subiram 74,8% apenas neste ano. Houve uma corrida por parte dos minoritários. Agora, as ordinárias (R\$ 21,50) valem 314,26% mais que as preferenciais (R\$ 5,19).

A conta não faz sentido e a distorção deverá ser desfeita assim que a AGE eleger um novo conselho, com queda muito acentuada das ações. Procurada, a Ternium não informou que não iria comentar o assunto. A Nippon Steel, via sua assessoria, informou que não iria se manifestar sobre a decisão da Ternium de alugar suas ações.

SSAB inaugura estoque em contagem, Minas Gerais

27/03/2015 - Fonte: INDA

A SSAB, empresa produtora de aço de alta resistência com unidades produtivas na região nórdica e nos Estados Unidos, inaugura, nesta quinta-feira (26/03), seu novo estoque de produtos em Contagem (Minas Gerais).

A abertura do novo centro de distribuição vai ao encontro da estratégia da SSAB de oferecer o melhor produto e o melhor serviço aos seus clientes e ao usuário final, além de fortalecer a presença na região com a contratação de gerente técnico e comercial e benefícios como melhorar a oferta de compra, logística e otimizar prazos.

"A presença deste estoque vai permitir que nossos clientes possam oferecer um custo mais competitivo ao usuário final, pois reduz o leadtime, além de ser possível realizar um

planejamento de compras mais flexível por não ser necessário trazer material de São Paulo”, diz Luiz Monegatto, Gerente Geral Vendas América do Sul da SSAB.

Hoje, a companhia conta com outros dois centros de distribuição no país, sendo um em São Paulo e outro em Curitiba. O novo estoque deve abastecer além do mercado de Minas Gerais, a demanda dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sendo estas últimas, regiões carentes em oferta de materiais de alto valor agregado, como o aço Hardox, por exemplo.

“Somos uma usina siderúrgica com um serviço diferenciado, atuando com sua própria distribuição no Brasil e oferecendo todo o suporte técnico e a oportunidade de compra de pequenos lotes para qualquer projeto”.

Com uma área construída de 800m² e capacidade de armazenamento de 4 mil toneladas, o novo centro de distribuição da SSAB em Contagem vai estocar inicialmente os aços Hardox, Weldox e Domex, principalmente para os mercados de mineração e transportes, além do Docol, produto para o mercado automotivo, igualmente importante para a companhia na região. “Encontramos uma área bem localizada, de fácil acesso e com estrutura para trabalhar com movimentação de materiais de até 20 toneladas, ideal para nossa operação”, pondera o executivo.

A SSAB vem de uma sequência de grandes investimentos com as novas linhas de têmpera em Mobile (Estados Unidos) e também em Borlänge (Suécia), além da aquisição da usina finlandesa Rautaruukki, que mostram a estratégia focada em materiais de altíssima resistência. “Este mês, a companhia deu início às vendas do aço Hardox 450 em 6 e 8mm, com larguras abaixo de 1600mm, material com melhor acabamento superficial e planicidade que as chapas usuais com largura de 2500mm”, completa.

Rio tinto diz que plano da Fortescue de reduzir produção de minério é "tolo"

27/03/2015 - Fonte: INDA

O presidente da segunda maior mineradora de ferro do mundo disse que é "desatenta" a sugestão da rival menor Fortescue Metals de que as mineradoras deveriam limitar a produção da matéria-prima do aço para elevar os preços.

O presidente-executivo da Rio Tinto, Sam Walsh, disse nesta quinta-feira que não haveria nenhum benefício para a Austrália em tentar sustentar os preços do minério de ferro ao limitar a produção, apesar da grande oferta global e uma desaceleração da demanda na China.

"Tentar elevar os preços artificialmente com algum esquema tolo, simplesmente não vai funcionar", disse Walsh numa conferência do setor de mineração.

A Rio Tinto, que perde apenas para a brasileira Vale em produção de minério de ferro, deve elevar sua extração para 320 milhões de toneladas neste ano, enquanto a também australiana BHP Billiton projeta produção de 245 milhões de toneladas, ambas bem acima da meta de 155 milhões de toneladas da Fortescue.

Walsh fez os comentários dois dias após o presidente do conselho da Fortescue, Andrew Forrest, conclamar grandes mineradoras a unirem-se à Fortescue na limitação da produção, o que levou o órgão regulador da concorrência da Austrália a investigar se ele infringiu a lei ao pedir a formação de cartel.

"Tem havido uma série de comentários se a Rio conspira junto com outras empresas. Deixem-me garantir que nós absolutamente não fazemos isso", disse Walsh, descrevendo os comentários de Forrest como "absolutamente sem sentido".

Analistas dizem que as declarações são sinal dos apertos do mercado para todo o setor de minério de ferro, com os preços caindo para menos da metade no último ano.

"Estão todos criticando um ao outro porque todos estão sob pressão, e procurando alguém para culpar. Mas essa situação foi criada de forma coletiva e não individualmente", disse o analista Brenton Saunders, da BT Investment Management.

A BHP e a Rio Tinto dizem que qualquer recuo da parte delas faria com que sua fatia de mercado fosse substituída por outras mineradoras, com efeitos mínimos na oferta global.

Montadoras pedem regras claras do Finame

27/03/2015 - Fonte: INDA

Executivos e representantes da indústria automotiva apresentaram nesta quinta-feira (26) ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro, pleitos para alavancar o setor, como maior previsibilidade no financiamento do BNDES para caminhões.

A falta de clareza e a perenidade das regras do PSI Finame são alguns dos fatores que têm impactado as vendas de caminhões e ônibus, afirmou o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, ao final do encontro.

"Precisamos que o governo divulgue uma regra que seja perene para que o setor possa se programar", afirmou. Além da desaceleração da economia, problemas de operacionalização do Finame no início do ano resultaram em uma queda de 40% das vendas de caminhões no primeiro bimestre de 2015.

Segundo Moan, o momento econômico é de dificuldades. "O mais importante é que as regras do Finame sejam mantidas no longo prazo", destacou.

Cerca de 40 executivos de montadoras instaladas no País compareceram ao encontro, passando de veículos leves (como Ford, Volkswagen, Hyundai) a pesados (Scania, Volvo e Mercedes-Benz). Também participaram da reunião algumas marcas de luxo, como BMW e Audi.

O ministro Armando Monteiro minimizou a situação vivida pelo setor automotivo. "Não considero que o momento atual seja de crise, estamos longe disso", disse. Ele acrescentou que o governo e as montadoras devem analisar mais profundamente um programa de renovação de frota, com o objetivo não só de alavancar as vendas, mas também de "estimular a atividade em toda a cadeia automotiva".

Exportações

Tanto Monteiro quanto o presidente da Anfavea foram enfáticos na questão das exportações. O ministro afirmou ter "certeza" de que as vendas ao exterior poderão aumentar o nível de atividade da indústria automotiva brasileira.

"As exportações representam um canal importante para a produtividade do setor automotivo. Estamos trabalhando neste momento no programa nacional de exportações", declarou Monteiro. Ele não detalhou, no entanto, o conteúdo deste plano.

Moan ressaltou ainda que um dos pontos fundamentais é a renovação do acordo com a Argentina, que vence em junho deste ano. "Nossa expectativa é que o fluxo de comércio com o país vizinho se mantenha", argumentou.

Moan destacou que a Anfavea trabalha para intensificar as relações comerciais com a Colômbia. "Precisamos fazer mais uma reunião entre os setores privados dos dois países", disse. A data do encontro, porém, ainda não foi acertada.

O ministro reforçou que o programa de exportações deve começar a gerar resultados ainda neste ano, não só pelo momento do câmbio favorável. "As montadoras já trabalham para alavancar as vendas externas", disse Monteiro.

O presidente da Anfavea citou ainda que a entidade irá se dedicar para viabilizar a criação de novos mercados para a indústria automotiva brasileira. "Tanto em países da América Latina, como o Peru, como da África", ponderou.

No ano passado, as exportações de veículos no País despencaram devido à intensificação da crise na Argentina, destino de quase 90% das vendas externas da indústria automotiva brasileira.

Desvalorização do real provoca salto em preços no atacado, preveem analistas

27/03/2015 - Fonte: INDA



A desvalorização de quase 11% do real em relação ao dólar ao longo de março deve ter levado os preços no atacado a dar um salto na passagem mensal. Como a inflação ao consumidor continua bastante elevada, devido a novos reajustes de energia, a média das projeções de 14 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data aponta que o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP–M) avançou 0,93% no mês, variação bem mais forte do que a alta de 0,27% registrada em fevereiro.

As estimativas para o indicador, que será divulgado segunda-feira, vão de alta de 0,88% a 1%. No acumulado em 12 meses, o índice deve ceder de 3,86% no mês passado para 3,1%. Em igual período de 2014, o índice avançou 1,66%.

Para Basilik Litvac, economista da MCM Consultores, os preços no atacado devem ter ficado mais pressionados em março por causa dos produtos agropecuários, com alta esperada de 2,15%, contra deflação de 0,06% no mês anterior.

Depois de quedas mais fortes de grãos, como soja e milho, nos meses anteriores, a deflação das commodities dá sinais de perda de força, o que abre espaço para que os efeitos da desvalorização do câmbio fiquem mais visíveis nos preços ao produtor.

Por isso, diz Basilik, o Índice de Preços ao Produtor (IPA), que responde por 60% do IGP-M, deve sair de deflação de 0,09% no mês passado e subir para 0,8%. Leonardo Costa França, da Rosenberg & Associados, estima que o IPA-Agro tenha subido 2,35%, também por causa da expectativa de deflação menor dos grãos.

A desvalorização do câmbio também deve atenuar o forte movimento de queda do minério de ferro. Em fevereiro, o preço da commodity registrou queda menor, ao passar de deflação de 5,62% para 3,52%.

Neste mês, diz França, a tendência deve continuar, mas o item vai seguir em deflação. "Não é uma mudança de comportamento das commodities, que vão seguir com cotações baixas, mas apenas o efeito da mudança de nível de câmbio no mês", diz.

No período de coleta do IGP-M, entre 21 de fevereiro e 20 de março, a taxa média foi de R\$ 3,05, desvalorização de 10,96% na comparação com igual período do mês anterior. O IGP-M também deve ter alta mais forte por causa da inflação ao consumidor, diz Basiliki. De alta de 1,15% no mês passado, o Índice de Preços ao Consumidor-Mercado (IPC-M), deve ter subido 1,43% em março.

"A conta de luz teve alta importante no mês", diz. Para França, da Rosenberg, o grupo habitação, com aumento de 3,25% nesta leitura, contra alta de 1,19% no mês passado, deve ser a principal pressão sobre a inflação ao consumidor, com alta projetada de 1,4% no mês.

Pelo ajuste fiscal, CMN eleva taxas de juros do programa moderfrota

27/03/2015 - Fonte: INDA

Para reduzir os custos do governo com equalização de juros em programas subsidiados, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a elevação das taxas aplicadas no Moderfrota, programa que financia a compra de máquinas e equipamentos agrícolas.

As taxas não eram alteradas desde julho de 2014. A partir de 1º de abril, a taxa de juros subirá de 4,5% para 7,5% ao ano para beneficiários cuja receita operacional bruta ou renda anual seja de até R\$ 90 milhões. Acima desse valor, o encargo passará de 6% para 9% ao ano.

Para não prejudicar os mutuários com operações já protocoladas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até 27 de março e cujo processo de contratação ainda não foi concluído, foi concedido um prazo até 10 de abril para a formalização dessas operações com as taxas anteriores.

O objetivo da medida, segundo o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, João Rabelo, é alinhar as taxas incidentes nesse programa às aplicadas no Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que subiram no início do ano. "Estamos em um ano de transição.

O ajuste fiscal é instrumento importante para o país ser bem percebido por seus credores e garantir crescimento nos próximos anos. E esse ajuste passa pelas linhas de crédito que precisam ser subvencionadas pelo governo", disse João Rabelo, secretário adjunto do Ministério da Fazenda, sem informar quanto a medida vai gerar de economia.

Outra mudança foi a inclusão dos pulverizados autopropelidos, montados ou de arrasto, com tanques acima de 2.000 litros e barras de 18 metros ou mais dentre os itens que podem ser financiados pelo Moderfrota.

Antes, era permitido apenas o financiamento do usado. Segundo Rabelo, o governo disponibilizou cerca de R\$ 3,6 bilhões em recursos para o Moderfrota para o Plano Safra 2014/15 e desse montante ainda podem ser contratados R\$ 1,8 bilhão.

Demanda reprimida

27/03/2015 - Fonte: INDA

Quase dois anos depois da aprovação da Lei dos Portos, o governo tem como principal desafio destravar um novo ciclo de investimentos, diante da demanda reprimida das últimas décadas. O mercado espera as primeiras licitações sob o novo modelo, hoje no aguardo de decisão jurídica. Mesmo assim, é grande o interesse de empresas, principalmente agrícolas.

Apesar da indefinição, investimentos bilionários dos terminais de uso privativo estão saindo do papel, seja para ampliar a capacidade, seja para elevar a eficiência, com o aumento de participação do modal ferroviário no transporte de cargas.

Outra novidade que deverá atrair o setor privado é a licitação da dragagem, que ganhará importância ao longo dos próximos anos em um contexto em que ter maior calado nos portos significará poder atrair uma nova geração de navios que circularão pelo canal do Panamá.

Um dos principais testes do novo modelo do setor, em vigor desde junho de 2013, será destravar as licitações de áreas nos portos de Santos (SP), Belém e Vila do Conde (PA), além dos terminais de Outeiro (PA) e Miramar (PA). O processo de concessão está há mais de um ano sendo analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sem previsão de definição.

No início de março, pela quarta vez, o TCU adiou a análise. "Os estudos do Bloco I, incluindo os portos de Santos e Pará, atrairão novos investimentos neste momento de ajuste econômico. O potencial de investimentos até 2017 é de R\$ 17 bilhões. Ainda não há uma previsão de datas, dependendo o aval do TCU para podermos avançar", diz o ministro dos Portos, Edinho Araújo.

Sócio da área de finanças e portos do Demarest Advogados, Eduardo Kiss diz que o setor acompanha com atenção a decisão do TCU. "A impressão é de que, aprovado o processo rapidamente, a primeira licitação poderia ser feita este ano", ressalta.

Ele diz que já foi consultado por empresas do agronegócio, que analisam oportunidades de investimento e buscam conhecer mais a estrutura dos eventuais contratos. A maioria é de clientes estrangeiros, tanto produtores de grãos, quanto tradings. "As empresas do agronegócio estão interessadas em rotas para a Ásia com a abertura do canal do Panamá."

Muitas das áreas a serem licitadas hoje trabalham com contratos de transição, já que os prazos de concessão expiraram, e a prorrogação é feita a cada seis meses. "O momento

político é complicado para lidar com conflitos ideológicos, sindicais e políticos. Vejo com cautela essas licitações, pode ser que demorem", afirma o coordenador do núcleo de infraestrutura da Fundação Dom Cabral (FDC), Paulo Resende.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Willen Mantelli, o governo poderia separar áreas de arrendamento ociosas "greenfield" das outras áreas arrendadas que hoje, em muitos casos, são operadas pelos usuários com base em liminares. Isso permitiria ganhar agilidade para licitar áreas livres, com destaque para oportunidades no Pará, onde o interesse privado é forte.

Estimativas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apontam que 60 milhões de toneladas anuais de grãos produzidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são deslocadas, principalmente, por estradas para portos do Sul e Sudeste, por falta de opções logísticas. Hoje os portos da região Norte têm capacidade para movimentar cerca de 20 milhões de toneladas em um ano. "Seria urgente liberar essas áreas", diz Mantelli.

Enquanto as licitações não são destravadas, os Terminais de Uso Privativo (TUPs) ganham a atenção de investidores e de financiadores. "Vários projetos estão saindo do papel, de grãos, celulose, contêineres, em todo o país", diz Alberto Zoffmann, diretor de project finance do Itaú BBA.

Em 2013, o BNDES desembolsou R\$ 1,1 bilhão para o setor portuário. Ano passado, foram R\$ 2,8 bilhões. Nesse ano, a estimativa é de R\$ 2,2 bilhões. Em 2016, preveem-se R\$ 4,3 bilhões e R\$ 5,5 bilhões em 2017. No momento, cerca de 70% da carteira estão com os TUPs, uma fatia que pode permanecer alta nos próximos dois anos.

"Mas os arrendamentos liberados e os investimentos em dragagens também devem contribuir para elevar o desembolso ao setor, como apontam nossas previsões", diz Edson Dalto, do departamento de Transporte e Logística do BNDES.

Segundo levantamento da Secretaria de Portos, foram emitidas 38 autorizações, após o novo marco legal, com recursos de R\$ 11 bilhões. Foram 34 contratos assinados, dois termos aditivos de ampliação e dois termos aditivos de aumento de capacidade.

Responsável pela operação de um recente terminal portuário privado no Porto de Santos, a Embraport está investindo R\$ 50 milhões na construção de um ramal ferroviário e um armazém alfandegado. As duas obras serão entregues em 2015.

Serão aplicados R\$ 40 milhões no ramal ferroviário que permitirá receber vagões que operam com dois contêineres empilhados. Com a ferrovia, a meta é que os trens respondam, no longo prazo, por 10% das cargas que chegam ao terminal.

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) concluiu recentemente um investimento de R\$ 365 milhões, sendo R\$ 180 milhões direcionados à compra de equipamentos e R\$ 185 milhões em novas obras, incluindo um novo cais de atracação, que fez a capacidade pular de 1,2 milhão de TEUs (contêineres de 20 pés) para 1,5 milhão de TEUs.

A demanda atual está em cerca de 800 mil TEUs por ano. A expansão coincidiu com a dragagem do porto de Paranaguá, que passou a ter calado de 12,3 metros de profundidade, o que permitirá a atracação de navios maiores. Em paralelo, o terminal investiu para receber mais cargas por ferrovias.

Com a renovação antecipada do terminal, opção permitida com a Lei do Portos, o TCP se prepara para investir R\$ 1,1 bilhão, com a capacidade devendo ser dobrada para 2,5 milhões de TEUs. "Somos o segundo maior terminal de contêiner do Brasil e estamos de

olho no crescimento do mercado e da tendência de concentração de operações em poucos terminais no Brasil, com a chegada de navios cada vez maiores.

A indústria mundial busca maior escala, o que demanda maior eficiência e maior retroárea, para os guindastes gigantes", afirma o executivo. No fim da década de 1990, o cais de atracação recebia navios de 240 metros com capacidade de 2,5 mil TEUs. Hoje já se opera com navios de quase 350 metros de comprimento e 10 mil TEUs.

Novos navios com mais de 400 metros já começam a trafegar pelos mares, mas não chegam ao Brasil ainda. "A dragagem será um ponto fundamental para que os navios cheguem." O TCP tem investido também na multimodalidade.

Com a duplicação do ramal ferroviário, fruto de um investimento de R\$ 30 milhões, concluído em 2014, cerca de 15% das cargas chegam pelos trilhos no terminal. Há dois anos, eram menos de 5%.

A opção ferroviária é baixa ainda nos terminais: em Santos, menos de 5% dos contêineres chegam pelos trilhos. Em Roterdã e Nova York, 50% das cargas chegam assim.

Na penúltima semana de março, o governo publicou no Diário Oficial o processo de consulta pública para obter contribuições sobre o modelo de concessão dos canais de acesso dos portos organizados.

A ideia é garantir a manutenção constante da dragagem e evitar o assoreamento, concedendo à iniciativa privada, o que daria agilidade ao processo, cada vez mais importante para que o país possa receber a nova geração de navios cujo comprimento supera 350 metros.

Os primeiros canais que devem ser transferidos são os de Santos, Paranaguá e Rio Grande. Isso também deve criar demanda de financiamento. "Essa é uma novidade, que não constava das nossas previsões de desembolso, e que certamente terá impacto", afirma Dalto.

Ao lado da concessão dos canais, o governo federal também tem buscado investir em dragagem. Já está assinada a ordem de serviço para a execução, com o projeto básico inicialmente, da dragagem do Porto do Rio de Janeiro, com recursos de R\$ 210 milhões.

Os portos de Paranaguá e o do Rio Grande também passarão pelo processo de dragagem. São R\$ 394 milhões para o do Paraná e R\$ 368 milhões para o do Rio Grande do Sul. "E, finalmente, está andamento a licitação para a dragagem do Porto de Santos", destaca Edinho Araújo.

Um dos principais impasses jurídicos que poderão trazer problemas à implementação do novo modelo se refere a cerca de 30 contratos de concessão antigos firmados antes da lei de 1993. Muitos deles, que tinham prazo de 25 anos, já expiraram ou estão prestes a perder a validade.

A lei de 1993 previa que esses acordos deveriam ser adequados à nova legislação antes de ser renovados ou extintos, o que demandava a regulamentação da norma. Isso nunca chegou a ser feito em vinte anos e cinco governos.

No início, a ideia era permitir a renovação dos contratos por um prazo de transição, mas um artigo da Constituição, o 175, que exige licitação para qualquer tipo de concessão, trouxe obstáculos à interpretação.

Novos equipamentos aceleram operações em Pecém

27/03/2015 - Fonte: INDA

O Porto do Pecém, localizado no município cearense de São Gonçalo do Amarante, a 60 quilômetros de Fortaleza, está se estruturando para aumentar consideravelmente a movimentação de carga e descarga no terminal.

Dois portêineres de grande porte, para operações de carga e descarga, devem entrar em funcionamento ainda neste semestre para operação de contêineres e atuação em navios conteineiros de última geração, após a conclusão das obras de alargamento do Canal do Panamá.

Também no primeiro semestre de 2015 o terminal portuário estará operando com mais quatro carregadores de menor porte para atender a demanda da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Esses equipamentos deverão ser usados para movimentar cargas em geral no Terminal de Múltiplas Utilidades (Tmut) de Pecém e também no manejo de contêineres e dos três milhões de toneladas de placas de aço que serão produzidas por ano na siderúrgica.

“Com isso, o porto ficará em condições de atuar em qualquer situação de terminais de carga e embarcações”, comenta Erasmo da Silva Pitombeira, presidente da CearáPortos, que administra o Porto do Pecém.

O porto do Pecém é um terminal off-shore, construído afastado da linha de costa e tem uma profundidade natural que chega a 17 metros sem a necessidade de dragagem. “Quando o custo da dragagem é zero o porto tem condições de praticar tarifas portuárias extremamente atrativas”, confia Pitombeira.

Segundo ele, são essas tarifas que atraem os grandes armadores para o terminal portuário do Pecém, além de uma estrutura moderna, com equipamentos modernos, com implantação de uma superestrutura extremamente limpa e de uma estrutura de administração enxuta.

Pecém fica a seis dias da costa leste dos Estados Unidos e a sete dias da costa da Europa. “Todos esses fatores nos permitem colocar o porto do Pecém, não só em relação ao Nordeste, mas, também em relação ao Brasil como um porto de vanguarda”, afirma.

No ano passado, o Porto de Pecém registrou um movimento recorde de mercadorias da ordem de 8,2 milhões de toneladas, em comparação a 6,3 milhões de toneladas transportadas em 2013, o que significou um aumento de 31%. Os navios de granéis sólidos registraram incremento de 87%, movimentando 3,5 milhões de toneladas.

As exportações cresceram 13%, enquanto as importações contribuíram com uma elevação de 36% no movimento. Nos dois primeiros meses de 2015, a movimentação de mercadorias no complexo de Pecém registrou uma variação positiva de 51%, em relação ao ano passado.

Foram 1,6 milhão de toneladas movimentadas em comparação a 1 milhão nos dois primeiros meses do ano passado. Cimentos não pulverizados lideram as importações, enquanto calçados e frutas são os produtos mais exportados.

Gargalos ainda existem na operação portuária de Pecém, de acordo com o presidente da CearáPortos, principalmente por conta do crescimento constante do movimento. Para Jose Roberto Salgado, diretor-executivo de operações marítimas, logística e transporte intermodal, da Aliança Navegação e Logística, empresa do Grupo Oetker, também

proprietário da Hamburg Süd, "infelizmente ainda temos hoje, tanto no porto de Pecém como no porto de Suape, taxas de produtividade de dez anos atrás, que não acompanham na mesma velocidade o crescimento da cabotagem brasileira".

Além disso, assinala Salgado, existe uma limitação de volume por escala que restringe o desenvolvimento da cabotagem nesses portos.

Segundo ele, o Nordeste é a região que tem as maiores taxas de crescimento no mercado interno e assim tem peso considerável nos objetivos e orçamento da empresa na cabotagem.

A empresa conta com 11 navios em operação no serviço, com amplo atendimento em 15 portos de Buenos Aires até Manaus, e um total de 104 escalas mensais. E embarca todo o tipo de produtos industrializados e semimanufaturados produzidos nas regiões Sul e Sudeste e exportados para o Nordeste, sendo o carro chefe arroz, que sai de Rio Grande e Imbituba.

"Esperamos crescer 20% esse ano e o Nordeste concentra grande parte desse crescimento", afirma Salgado.

Atualmente o Porto do Pecém opera com seis berços devendo trabalhar com 16 berços até 2016. A obra de ampliação do terminal portuário, em execução pelo Consórcio Marquise/QG/Ivaí, encontra-se com 45% de avanço físico total concluído, informa o executivo. O custo total está estimado em R\$ 568 milhões.

Dois novos berços de atracação ficam prontos este ano e serão voltados para a exportação de placas da siderúrgica, enquanto a Ferrovia Transnordestina utilizará provisoriamente o Terminal de Múltiplas Utilidades (TMUT), até ter o seu próprio terminal.

Desoneração estimula compra de equipamentos

27/03/2015 - Fonte: INDA

O Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) tornou-se significativo nos planos de investimentos dos terminais portuários no Brasil.

O pacote engloba a suspensão, na hora da venda de máquinas, equipamentos e outros bens, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Imposto Sobre Circulação de Produtos e Serviços (ICMS) e, quando não há produto similar no mercado brasileiro, do Imposto sobre Importação.

O benefício, instituído em 2004, tem data marcada para terminar em dezembro. Apesar do esforço do governo para realizar um ajuste fiscal, o setor portuário está confiante na manutenção do Reporto. "Como instrumento fiscal, tem sido eficiente na promoção da modernização dos terminais", destaca Sérgio Salomão, presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec).

De acordo com ele, desde a instauração do Reporto, só as empresas vinculadas à Abratec investiram US\$ 400 milhões em equipamentos e modernização. "É uma prova cabal de que o incentivo é necessário para o setor e está contribuindo para trazer mais eficiência e competitividade à cadeia logística", explica Salomão.

João Poggi, da Poggi Consultoria, acompanha de perto os projetos de modernização nos terminais brasileiros e também defende a continuidade do Reporto. "A suspensão fiscal viabiliza iniciativas que não sairiam do papel sem o desconto", comenta.

Além disso, a desoneração garante adoção de tecnologia de ponta, equiparando o Brasil a outros países na operação portuária. "O preço final é o que define a compra das máquinas. Com o incentivo fiscal, o terminal pode optar por um equipamento mais novo, mais produtivo e que terá vida útil maior na operação", comenta.

Segundo Poggi, os ganhos de eficiência têm sido grandes com os projetos de modernização. O avanço é natural diante da crescente participação da iniciativa privada nos portos. "Atualmente, as empresas privadas respondem por 64% da movimentação de cargas no país. Essas companhias tendem a investir mais em máquinas e equipamentos", destaca.

A descontinuidade do Reporto, Poggi alerta, traria impacto nos planos de investimento que já estão em andamento e inviabilizaria etapas futuras. "Sem o incentivo, o processo de modernização vai sofrer." Já a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) critica a falta de aderência do Reporto ao mercado nacional.

"Políticas de incentivo fiscal são necessárias, mas precisam englobar a cadeia produtiva instalada no país. O Reporto tem sido mais eficiente para a importação de máquinas e equipamentos", considera José Velloso, presidente-executivo da Abimaq.

Ele explica que o regime especial, apesar de prever conteúdo nacional, não traz maior competitividade para a indústria brasileira. Isso acontece porque a suspensão tributária ocorre na hora da venda dos equipamentos. "Para a compra de insumos e peças, as empresas brasileiras continuam pagando os impostos.

Só de PIS e Cofins são 9,25% de alíquota sobre qualquer matéria-prima", reclama. Para obter os benefícios totais do Reporto, as empresas nacionais precisam de uma ginástica fiscal, registrando todas as compras e gerando créditos tributários. A Abimaq fez propostas de simplificação para uso do Reporto à Receita Federal.

"Somos a favor do regime. Apenas queremos melhores condições de competir com os custos das empresas estrangeiras." Salomão rebate. Para ele, a indústria nacional tem dificuldades em competir com a chinesa ou europeia por uma questão de especialização.

Fiesp diz que 2015 será ano de dificuldades

27/03/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) avalia que 2015 será ano de dificuldades. A partir da divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2014, feita hoje (27), a entidade estima que a economia brasileira terá retração de 1,4% neste ano. No ano passado, a economia do país ficou praticamente estagnada, crescendo apenas 0,1%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a indústria de transformação, a Fiesp prevê queda de 4,9% no nível de atividade em 2015. No ano passado, o PIB do setor caiu 3,8%. A indústria foi um dos setores que contribuíram para a queda do resultado da economia em 2014.

"Estamos vivendo um conjunto de más notícias: aumento do desemprego, restrição de crédito no mercado, inadimplência, queda dos negócios, falta de contratação de obras, o não pagamento de fornecedores, Petrobras completamente parada, envolvimento das grandes construtoras na [Operação] Lava Jato, e ainda a escassez de energia e água, ou

seja em meio a toda essa confusão, a verdade é que a somatória de tudo isso nos leva a crer que o ano de 2015 será um ano só de dificuldades”, disse em nota o presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

O presidente da entidade defende que o governo federal corte gastos e reduza o número de ministérios, como forma de adaptar o orçamento ao momento de crise. “Em 2015 o governo federal terá gastos de custeio da ordem de R\$ 200 bilhões, é preciso cortar os excessos e fazer boas compras, aplicando o dinheiro público com a qualidade e eficiência que o momento exige”, acrescenta.